

## **Curriculum Vitae**

**(detalhado)**

### **Informação Pessoal**

Nome completo: Hugo Alexandre Pedro Correia

### **Formação Académica e Profissional**

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1995/2000) com média de 14 (catorze);
- Pós-Graduação em Ciências Urbanísticas e Ambientais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2001/2002) com média de 17 (dezassete);
- Conclusão da parte escolar do Mestrado Científico em Ciências Jurídico- Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2006/2007), tendo frequentado os seminários abaixo indicados:
  - i) DIREITO CONSTITUCIONAL B, da regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes, com o Relatório intitulado "*Admissibilidade da restrição temporal de efeitos em sede de fiscalização concreta*", com a classificação de 16 (dezasseis) valores;
  - ii) DIREITO CONSTITUCIONAL C, da regência do Prof. Doutor Jorge Reis Novais, com o Relatório intitulado "*Contributo para a análise do sistema português de fiscalização e controlo jurisdicional da constitucionalidade dos actos administrativos*", com a classificação de 16 (dezasseis) valores;
  - iii) DIREITO ADMINISTRATIVO B, da regência do Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria da Glória Garcia, com o Relatório intitulado "*A interpretação dos planos municipais de ordenamento do território*", com a classificação de 17 (dezassete) valores;
- Apresentou em 25 de Julho de 2009 a sua Dissertação de Mestrado intitulada "*A invalidade e o acto de gestão urbanística (Esboço do regime jurídico da invalidade no Direito do Urbanismo)*" e aguarda a prestação de provas públicas para apreciação da tese de mestrado.

### **Cargos Actuais**

- Sócio da "*ABBC & Associados, Sociedade de Advogados RL*" (desde janeiro de 2011);

- Sócio fundador e vogal da Direcção do *“Laboratório de Direito Administrativo e de Ciência da Administração Pública”*, Associação de Direito Privado, que tem por objecto o desenvolvimento e a divulgação do Direito Administrativo;

### **Cargos Anteriores**

- Ano de Admissão ao estágio na Ordem dos Advogados: 2000;
- Ano de Admissão na Ordem dos Advogados: 2002;
- Advogado Associado da *“ABBC & Associados, Sociedade de Advogados RL”* (2007-2011);
- Advogado Associado da *“Azevedo Neves, Benjamim Mendes & Associados, Sociedade de Advogados RL”* (2002-2007);
- Advogado Estagiário da *“Azevedo Neves, Benjamim Mendes & Associados, Sociedade de Advogados RL”* (2000-2002).
- Funcionário no Departamento de Contratação Pública da *“J. S. Coelho – Construção civil e obras públicas, Lda.”* (1997-2000);

### **Principais áreas de especialização e de investigação**

- Direito Tributário das Autarquias Locais
- Direito Tributário do Património
- Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território
- Direito Administrativo Geral
- Direito da Contratação Pública
- Direito da Função pública
- Direito do Setor Empresarial Público
- Direito do Ambiente
- Direito Constitucional

### **Publicações**

- *“A admissão da restrição temporal de efeitos em fiscalização concreta”*, publicada na obra conjunta intitulada *“As sentenças intermédias da justiça constitucional”*, AAFDL, 2009, objecto de coordenação pelo Prof. Carlos Blanco de Moraes;

- *“A Responsabilidade Ambiental e o Decreto-Lei n.º 147/2008”*, publicado na revista *“Território e Ambiente Urbano”* n.º 3, Junho-2010 (elaborado em coautoria);
- *“A interpretação dos planos municipais de ordenamento do território (entre a ordem jurídica e a ordem técnica)”* (existe cópia na BFDUL e aguarda publicação);
- *“Contributo para a análise do sistema português de fiscalização e controlo jurisdicional da constitucionalidade dos actos administrativos”* (existe cópia na BFDUL e aguarda publicação);
- *“A invalidade nos contratos públicos à luz do Código dos Contratos Públicos”* (aguarda publicação).

### **Experiência pedagógica**

- Deu formação a funcionários de empresas e municípios em matérias relacionadas com a *Aplicação do Código dos Contratos Públicos* e com a *Criação, regulamentação e liquidação de taxas municipais*.
- Realizou conferências como orador sobre *“O novo regime da responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública”* e sobre *“A regulamentação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação”*;

### **Experiência profissional**

## **DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO**

### **Direito Tributário das Autarquias Locais**

- Assessoria jurídica em matérias conexas com as finanças e a contabilidade das autarquias locais, incluindo aspetos conexas com o exercício de poderes tributários por parte dos municípios a atribuição de isenções e benefícios fiscais, a liquidação e cobrança de imposto municipais, derrama, taxas, tarifas e preços;
- Elaboração de informações e pareceres jurídicos, de minutas de despachos e de deliberações, de impugnações, exposições, reclamações gratuitas, recursos administrativos, de pronúncias em sede de audiência do interessado e impugnações judiciais no âmbito dos litígios emergentes da cobrança de taxas, tarifas e preços;

- Elaboração de regulamentos municipais de taxas pela realização e reforço de infraestruturas urbanísticas, compensações, cedências e outras taxas urbanísticas e de mecanismos tributários de perequação compensatória dos planos municipais de ordenamento do território (membro efetivo de vários equipas pluridisciplinares encarregues da elaboração de planos);
- Elaboração de regulamentos municipais, incluindo a respetiva fundamentação económico-financeira, em matérias conexas com a cobrança pelos municípios e freguesias de taxas, tarifas e preços;

### **Direito Tributário do Património**

- Assessoria jurídica em matérias conexas com o imposto municipal sobre imóveis, imposto municipal sobre transmissão onerosas e imposto de selo, incluindo aspetos conexas com a tributação de mais-valias pela alienação de imóveis e atribuição de benefícios fiscais a atribuição de isenções e benefícios fiscais, liquidação e cobrança de imposto municipais, derrama, taxas, tarifas e preços;
- Patrocínio forense no âmbito reclamações gratuitas, recursos hierárquicos, impugnação judiciais de atos de liquidação de tributos sobre o património e de atos de avaliação de imóveis;
- Patrocínio forense no âmbito de processos de contra-ordenação fiscal conexas com a tributação sobre o património, incluindo a impugnação judicial de medidas cautelares, coimas e de sanções acessórias;

### **Direito Administrativo Geral**

- Assessoria jurídica em matérias conexas com a orgânica, competências e funcionamento dos diversos serviços e organismos que integram Administração Pública autárquica e estadual (ministérios, institutos públicos, entidades reguladoras e outros serviços públicos), incluindo aspectos institucionais e relações inter-orgânicas;
- Elaboração de informações e pareceres jurídicos, de minutas de despachos e de deliberações, de exposições, reclamações, recursos administrativos, de pronúncias em sede de audiência do interessado e de outros requerimentos a submeter à Administração Pública;

- Elaboração de diplomas legislativos e regulamentares da Administração Pública estadual em matérias conexas com a orgânica dos serviços e com procedimentos administrativos;
- Elaboração de regulamentos e posturas municipais em matérias conexas a gestão de espaços públicos e de equipamentos municipais, o funcionamento de mercados e feiras e com outras actividades sujeitas a licenciamento municipal;

### **Urbanismo e do Ordenamento do Território**

- Assessoria jurídica em matérias conexas com a contratualização, interpretação e execução de planos municipais de ordenamento do território (planos directores municipais, de urbanização e de pormenor) e outros instrumentos de gestão territorial;
- Elaboração de regulamentos municipais de urbanização e edificação e de planos municipais de ordenamento do território (membro efectivo de vários equipas pluridisciplinares encarregues da elaboração de planos);
- Aconselhamento legal e patrocínio forense em processos de expropriação por utilidade pública, constituição de servidões de outras restrições de utilidade pública;
- Aconselhamento legal sobre a condução de procedimentos, elaboração de pareceres e informações sobre a obtenção de licenças, autorizações e aprovações administrativas necessárias à concretização de operações urbanísticas de edificação e urbanização (loteamentos, empreendimentos turísticos, instalações industriais, estabelecimentos comerciais e de restauração e bebidas);

### **Contratação Pública**

- Assessoria jurídica em matérias conexas com a interpretação e aplicação de normas nacionais e comunitárias em matéria de contratação pública, com a interpretação de cláusulas contratuais e com a execução e cessação de contratos públicos;
- Elaboração de programas de concurso, cadernos de encargos e de contratos no âmbito da aquisição de bens e serviços, de empreitadas de obras públicas, de concessões de serviços públicos, de licenças e concessões do domínio público, da alienação de participações sociais do Estado e, em geral, no âmbito da contratualização de parcerias público-privadas;

- Acompanhamento jurídico na fase pré-contratual de escolha do procedimento adjudicatório e de preparação e elaboração de propostas em procedimentos de adjudicação públicos;
- Elaboração de reclamações, recursos e impugnações administrativas e judiciais de actos e contratos no âmbito de procedimentos adjudicatórios, nomeadamente os procedimentos de concursos públicos e de ajuste directo;
- Arbitragens em litígios conexos com a interpretação de cláusulas contratuais e com a execução e cessação de contratos públicos;

### **Direito do Ambiente**

- Assessoria jurídica em matérias conexas com a interpretação e aplicação de normas, nacionais e comunitárias, incluindo em matérias relacionadas com a responsabilidade ambiental, ruído, tratamento e transporte de resíduos, utilização de energias renováveis, bem como a realização de auditorias e análise de riscos ambientais;
- Aconselhamento legal em matéria de condução de procedimentos administrativos relacionados com a obtenção de licenças ambientais, comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, avaliação de impacte ambiental e licenciamento de gestão de resíduos;
- Elaboração de regulamentos municipais em matéria de gestão de resíduos sólidos urbanos, gestão de águas residuais e de serviços públicos de saneamento básico;
- Patrocínio forense na impugnação judicial de medidas cautelares, coimas e de sanções acessórias em matéria ambiental;

### **Função Pública**

- Assessoria jurídica no domínio das relações de emprego público, nomeadamente em matérias conexas com procedimentos de contratação de trabalhadores da função pública, transferências, comissões de serviços, requisições, destacamentos, retribuições, suplementos, subsídios, aposentação, promoções, progressões na carreira, incompatibilidades e impedimentos;
- Assessoria no âmbito dos processos disciplinares dos trabalhadores da função pública, incluindo a elaboração de despachos de acusação, de defesas escritas e de outras peças processuais;

- Elaboração de reclamações, recursos e impugnações de decisões em matéria de natureza disciplinar, avaliações de desempenho, perda de direitos e regalias;

### **Sector Empresarial Público**

- Assessoria na concepção e estruturação jurídica de parcerias público-privadas, na constituição, transformação e fusão de entidades públicas empresariais, de empresas públicas estaduais e de empresas municipais;
- Assessoria jurídica em procedimentos de privatização, alienação e aquisição de participações sociais de empresas públicas e na conformação jurídica de relações parassociais entre as empresas e as entidades públicas participantes;
- Assessoria em matérias relacionadas com a gestão de serviços de interesse económico geral ou o exercício poderes e prerrogativas de autoridade por empresas públicas;

### **Contencioso Administrativo**

- Patrocínio forense no âmbito de acções de impugnação judicial de actos administrativos e de normas administrativas, acções de condenação à prática de actos legalmente devidos, processos de intimação para prestação de informações, consulta de processos ou emissão de certidões, protecção de direitos, liberdades e garantias, e em procedimentos cautelares nos diversos domínios do Direito Público.
- Patrocínio forense no âmbito de acções de responsabilidade civil contra o Estado e demais pessoas colectivas, dos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes;
- Patrocínio forense no âmbito de processos de contraordenação, incluindo a impugnação judicial de medidas cautelares, coimas e de sanções acessórias nas mais diversas matérias e sectores de actividade;
- Patrocínio forense em acções arbitrais conexas com litígios emergentes de relações jurídico-administrativas.

Lisboa, 31 de março de 2014

Hugo Alexandre Pedro Correia